

MOÇÃO A

JUNTAR FORÇAS PELO EMPREGO E CONTRA A BANCARROTA

Sem ruptura com as orientações que o país vem seguindo – e o BE propô-la com a Moção de Censura –, os próximos anos prometem mais especulação contra a dívida soberana e maior pressão contra a vida social.

Este horizonte não é uma fatalidade. Com luta, juntando forças em torno de um programa de acção pela justiça económica e social e pela sustentabilidade ambiental, o país pode vencer a chantagem dos mercados financeiros. As poderosas manifestações de 12 de Março abriram um período de intensa resistência popular. A força dessa convocação mostra, contudo, que a esquerda está obrigada a fazer mais e melhor para mobilizar a aliança social e inter-geracional que se deve formar pelo emprego e contra a recessão.

Aberto aos sinais, disposto a aprender e comprometido com as aspirações populares, o BE é a principal força de que a esquerda precisa para construir uma alternativa à regressão social. Disputaremos as próximas eleições em nome de uma urgência: Portugal precisa de uma política de esquerda e de um governo de esquerda. É possível vencer.

1. A PRECARIZAÇÃO É A CHAVE DA QUESTÃO SOCIAL

1.1. Portugal esteve em recessão em 2009 e volta a ela em 2011, com mais de 700 mil desempregados. Os **desempregados** – desempregados e empregados a recibo verde, a prazo e temporários – são quase metade dos trabalhadores do país e boa parte deles são jovens e qualificados. O país abandona as jovens gerações.

1.2. A recessão tem sido apresentada como o “emagrecimento” de que a economia precisaria para se relançar. Mas a recessão ataca a economia e favorece a transferência de rendimentos do Trabalho para o Capital, reduzindo o **salário directo e o salário indirecto** (mais custos na saúde, educação e transportes e cortes nos apoios sociais).

1.3. A austeridade impõe o medo nas relações de trabalho, generaliza a precariedade e os contratos atípicos, ameaça a contratação colectiva e embaratece os despedimentos.

1.4. O precariado partilha com o movimento laboral organizado a chave da resposta social à crise económica. A sua mobilização é decisiva para a criação de um movimento popular que enfrente a recessão com a alternativa social do pleno emprego.

2. A DÍVIDA É A CHAVE DA QUESTÃO POLÍTICA

2.1. A intervenção da UE/FMI em Portugal reforça as políticas recessivas e consolida um bloco central alargado de profundo vínculo liberal e autoritário. Esta intervenção é uma ameaça de empobrecimento e precarização contra a grande maioria da população e marca uma evolução política que tem a dívida como centro.

2.2. O agravamento da **crise da dívida soberana** tem duas razões imediatas: o défice provocado pela nacionalização de prejuízos da banca e o peso enorme da dívida externa. O problema estrutural da econo-

mia portuguesa agravou-se na última década: um crescimento medíocre e a acentuação da desigualdade criaram um ciclo de regressão social.

2.3. A dívida externa total é de cerca de mais de **400 mil milhões de euros**. Desta, a maior parte é privada. Os juros extorsionários asseguram rendas sem risco para o capital financeiro. A banca portuguesa, que detém um terço da dívida recente, é uma das suas grandes beneficiárias.

2.4. Existe ainda outra dívida igualmente abusiva: **as parcerias público-privadas**, que garantem contratos de 50 mil milhões durante décadas. Estas PPP resultam da corrupção legal do Estado, assegurando concessões cujo juro chega a duplicar o da dívida pública. Têm de ser renegociadas.

2.5. A dívida reforça um **mecanismo fundamental de acumulação de capital**: o povo paga impostos que servem para pagar aos bancos (alemães, franceses, espanhóis e portugueses) que detêm créditos de dívida soberana iguais ao PIB nacional. Esta é uma expropriação violenta: desde 2005, foram pagos mais de 20 mil milhões de euros apenas pelo efeito de bola de neve da dívida. Esta dívida não é suportável e deve ser auditada e reestruturada para baixar os juros.

2.6. O aumento do **défice do Estado** não se compreende sem os efeitos devastadores que a crise financeira teve sobre a economia nacional. Mas a dimensão externa não explica tudo. É inaceitável que o défice seja também o resultado do apoio à finança e da isenção fiscal sobre os dividendos no fim de 2010, de benefícios no offshore da Madeira e da continuada desigualdade na tributação entre capital e trabalho.

2.7. A aceleração da crise financeira portuguesa pela actuação conjugada de poderes externos não-eleitos (agências de notação e Banco Central Europeu), abriu caminho à intervenção por parte da Comissão Europeia e do FMI. Esta intervenção passa a subordinar todo a aliança FMI: PS, PSD e CDS retomarão o PEC 4 e podem vir a agravá-lo com medidas anti-populares suplementares.

2.8. A intervenção da UE/FMI não interrompe o círculo vicioso do endividamento, como está à vista na Irlanda e na Grécia. O Bloco rompe o consenso forçado sobre esta "ajuda" e propõe uma auditoria a toda a dívida externa, pública e privada, de modo a identificar a natureza e os credores das parcelas, suas maturidades e condições. Esse é o passo para a reestruturação da dívida - dos seus prazos, condições - e para a recusa do pagamento de dívidas abusivas e de juros extorsionários. A determinação popular na Islândia mostra, na especificidade daquela experiência, que há caminhos para a insubmissão.

3. A UE ENTRE DESAGREGAÇÃO E REFUNDAÇÃO

3.1. A UE reagiu à crise financeira investindo investiu 11% do PIB europeu no salvamento dos bancos e só 2% nas economias. **A recessão foi o resultado de desregulamentação e privatizações nos mercados financeiros**, à qual se seguiram escolhas erradas e com claro sentido de classe. Bruxelas e os governos respondem por 8 milhões de novos desempregados e por um aumento da pobreza sem paralelo desde o fim da 2ª Guerra.

3.2. **A crise entrou numa nova fase, a das dívidas soberanas.** Esta mutação ocorreu porque o socorro aos bancos foi uma operação de transformação de dívidas privadas em dívida pública. É aos povos que é exigido o pagamento das dívidas contraídas pelos bancos.

3.3. Esta crise, que ataca as economias periféricas da UE, é a ponta do iceberg da **crise do euro**. O euro foi criado sem mecanismos de compensação orçamental para as grandes diferenças de poder económico entre os países aderentes. Esta orientação mantém-se inalterada, apesar de a crise estar a revelar a consequência mais dramática: a divergência entre economias com excedentes e défices externos não cessa de aumentar.

3.4. As actuais orientações em matéria de política monetária e de coordenação orçamental - em particular os mecanismos de sanções por défice excessivo, que

agravam os problemas que dizem querer resolver - enterram a ideia de coesão e convergência social no espaço europeu. Por outro lado, a atitude subalterna dos governos dos países periféricos não fere apenas noções de dignidade nacional, é também irresponsável à luz da factura social imposta aos respectivos povos.

3.5. Com meses de atraso, a UE reagiu às dificuldades da **Grécia** e da **Irlanda**. A factura imposta à Grécia está a provocar uma recessão grave, sem que os juros ou a dívida tenham diminuído. Com a Irlanda, a UE usou, pela primeira vez, o fundo associado ao FMI, que cobra 3% acima do que o BCE empresta à Roménia ou à Hungria. Mas, principalmente, o empréstimo tem contrapartidas draconianas no plano dos salários, enquanto protege o dumping fiscal irlandês. A intervenção do fundo europeu e do FMI é assim consistente com a chantagem de Merkel contra as economias periféricas, que visa, sobretudo, garantir o reembolso dos maiores bancos que especularam contra as dívidas nacionais.

3.6. Portugal agora, e depois Espanha e Itália, encontram-se sob ameaça destes planos. **O prosseguimento desta política coloca em causa o próprio euro** e, em última instância, a economia alemã e europeia.

3.7. Perante estas dificuldades, o BE de Esquerda **recusa a resposta nacionalista de saída do euro**. Hoje, a sua única consequência seria uma depressão prolongada sem alternativas reais de autonomia em relação aos mercados financeiros, acentuando a queda do salário e das pensões sem redução da dependência.

3.8. A alternativa exige a articulação entre o plano europeu e o nacional: o Pacto de Estabilidade deve ser substituído por um **Acordo para o Emprego**; a coordenação assente em sanções deve dar lugar a uma cooperação que coloque o investimento público fora do cálculo do défice e que apoie a economia contra a especulação, através da emissão de *eurobonds* e da política monetária para suportar as dívidas soberanas; e o mecanismo de financiamento de que a União precisa é de um orçamento apoiado na taxação das transacções financeiras.

3.9. A União só sobreviverá enquanto espaço económico e político se for capaz de se **refundar** como democracia assente na solidariedade, na convergência social, na sustentabilidade ambiental e na paz.

3.10. A UE deve recusar as ambições militaristas e imperialistas como as que a NATO continua a consubstanciar, e Portugal deve excluir-se dessa aliança militarista e retirar as suas tropas do Afeganistão.

4. UM MUNDO DE MUDANÇAS BRUSCAS

4.1. A recessão mundial tornou evidente a actuação do liberalismo, com a exposição de graves escândalos bancários e o recurso desesperado à intervenção da mão visível do Estado para socializar as perdas financeiras. O colapso da Islândia ou da Irlanda demonstram a falência do modelo e da teoria liberal.

4.2. **A liberdade ilimitada de circulação de capitais** é a principal fonte de desigualdade e de crises no mundo. Desde a grande recessão de 1973-4, a economia mundial conheceu **uma viragem e entrou num longo período de recessões frequentes**. A desregulamentação desde os anos 80 aumentou a financeirização do capitalismo e a sua alavancagem, acentuando a instabilidade e especulação. Por isso, conhecemos um longo período de crescimento medíocre no primeiro mundo, com o reforço do poder da finança e, finalmente, com a deslocalização dos principais centros de produção.

4.3. A presente crise revelou os limites do ciclo da hegemonia económica da tríade EUA-UE-Japão. Entrámos na era de **globalização de geometria variável**, com a emergência dos países sub-continentais, como a China, Índia, Brasil, África do Sul e Rússia. De facto, a última crise foi amortecida pelo crescimento destes espaços económicos, o que evitou quebras ainda piores nas exportações, em especial da Alemanha.

A perda de importância da Europa e do Japão contrasta com a relação de **competição e parceria privi-**

legiada entre os EUA e a China. Este quadro acentua as tendências de desagregação na União e na própria zona euro.

4.4. Na **América Latina** houve Estados que impuseram renegociações da dívida externa. A economia da região, em geral, resistiu à recessão mundial.

4.5. O mesmo não aconteceu no sul do Mediterrâneo e no mundo árabe, onde a crise multiplicou os apetites das elites governantes, agravando a extorsão sobre as populações. A questão social fundou a revolta popular e esta a revolução em nome da aspiração democrática contra os regimes autoritários.

Esta revolução por contágio terá desenvolvimentos distintos de país para país e **exige a rejeição de intervenções militares imperiais**, Condena e exige o fim imediato da guerra imposta ao povo líbio pelas potências imperialistas sob a tutela da NATO. O Bloco Esquerda apoia o povo líbio na sua luta pela instauração de uma sociedade democrática a quem cabe soberanamente a gestão dos recursos naturais do seu país e do seu povo. O triunfo da democracia acentuará o declínio do poder de Israel e dos EUA na região. A Europa pode acompanhar essa perda de influência com fidelidade atlântica, ou contrariá-la propondo um contrato mediterrânico para os Direitos Humanos e a integração com projectos sociais, económicos e ambientais.

4.6. O **capitalismo revelou-se tóxico**, tanto nas relações sociais que destroem milhões de trabalhadores, quanto na relação predatória com a natureza que destrói a sustentabilidade do planeta, quanto na desigualdade que cria no mundo. O socialismo é a política da igualdade e da responsabilidade.

5. A LUTA CONTRA A DIREITA

5.1. É sobre a experiência da população que se disputa a hegemonia das ideias na sociedade. Se a precarização continuar a generalizar-se, se for desagregada a acção colectiva e sindical, se a credibilidade dos serviços públicos for degradada e se a desigualdade fiscal

entre trabalho e capital ficar protegida, então a direita terá ganho. Mas é aí mesmo que pode ser vencida a batalha: **se as políticas de direita querem desmantelar o Estado social, a esquerda quer desenvolvê-lo.** A política da recessão quer impor, nesta segunda década do século, um tempo de **empobrecimento** dos trabalhadores, marginalização dos pobres e ilegalização dos imigrantes, desarticulando as funções sociais do Estado. O confronto é ideológico porque é político e decide-se entre a privatização e a socialização dos bens essenciais para a vida e para a democracia.

5.2. Da capacidade redistributiva do Estado dependem por isso os serviços públicos e não apenas a justiça nos impostos. Nos últimos anos, a crise foi paga pelos que perderam os seus empregos, os salários e direitos na prestação de serviços. Ante a crise, não houve qualquer "divisão de sacrifícios". Essa repartição nunca tocou no capital financeiro. O BE insiste: **é hora de a crise começar a ser paga pelos seus causadores.** Temos uma finança viciada em especulação e offshores, habituada a colocar o Estado ao seu serviço através de parcerias, privatizações e vantagens fiscais. É ela que deve pagar.

5.3. A terceira vertente na luta de ideias a que o BE deve dar atenção é a que se reflecte no **crescimento do populismo e do autoritarismo.** Na Europa, este fenómeno centra-se na exploração do egoísmo social e expressa-se em partidos de nova direita e de extrema-direita com força eleitoral. Em Portugal, a atracção por propostas contra a política tem crescido, mas não se cristalizou numa forma específica. Essa atracção resulta do fracasso da própria política enquanto exercício do poder e como resposta às dificuldades que as pessoas enfrentam.

5.4. O populismo e o autoritarismo crescem sempre que os governos agravam a crise social e abdicam do **combate à corrupção.** Mas o populismo também cresce se responsáveis políticos defendem propostas para a redução do número de deputados, seja para afastar as oposições, seja para ganhar votos fáceis através de discursos uniformizadores sobre as escolhas em democracia. Valorizando a luta política como

forma de emancipação, o BE disputa à "anti-política" o espaço que esta conquistou em sectores populares castigados pela crise social. O BE não desiste do povo que se abstém e descrê, nem o abandona a putativas aventuras políticas. E damos o exemplo: com clareza e responsabilidade, combatemos, na Europa e em Portugal, as vantagens e benesses que degradam a imagem da política aos olhos dos cidadãos.

5.5. A resposta à recessão não é o nacionalismo nem o populismo autoritário, mas sim **a estratégia social para uma economia com pleno emprego.** Não é o recuo, mas sim a luta contra a precarização da vida social. Não é o fechamento, é a cooperação europeia na luta social.

6. A POLÍTICA DO SOCIALISMO

6.1. O problema de Portugal é a sua burguesia. O objectivo do socialismo é derrotar os donos de Portugal.

6.2. Ao longo de todo o século XX, **o Estado construiu a classe dominante,** financiando a acumulação de capital, assegurando a exploração do trabalho barato, mantendo as colónias e as suas matérias-primas e, alguns anos depois do 25 de Abril, garantindo a sua reconstituição com as privatizações que desenharam os principais grupos económicos actuais. Duas centenas de multimilionários, financeiros e beneficiários dos contratos do Estado, são os principais ganhadores desta protecção. O grupo Espírito Santo é hoje o mais poderoso tentáculo deste polvo de interesses.

6.3. **Este poder vive do privilégio** e estende os confrontos de classes a todos os domínios: o fisco cobra cinco vezes mais impostos sobre o trabalhador e o consumidor do que sobre os lucros; a política de habitação favorece o endividamento e transforma os bancos nos verdadeiros senhorios do país; retiram-se apoios sociais à pobreza, enquanto se nacionalizam os prejuízos dos colapsos financeiros.

6.4. Os partidos de direita, PSD e CDS, são representantes políticos deste regime. Eles são portadores de um programa de privatização radical da economia

portuguesa. A direita quer submeter à lei do mercado as despesas em educação e saúde e a segurança social que, no seu conjunto, representam 30% do PIB. É um vastíssimo programa de entrega das necessidades vitais do país aos grupos económicos em domínios de garantida rentabilidade.

6.5. Nos últimos dois anos, a **hegemonia ideológica conservadora na sociedade portuguesa sofreu algumas derrotas**. A legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo foi das mais importantes, afirmando o respeito pelas escolhas das pessoas contra preconceitos discriminatórios, apesar da restrição ainda mantida contra o seu direito de se candidatar à adopção. Também as leis da paridade, do divórcio e do registo da identidade de género acentuam essa cultura de respeito.

6.6. O PS é um partido convertido ao liberalismo e uma máquina tecnocrática de exercício do poder, apesar dos apoios sociais contraditórios que congrega. Perante a crise da dívida, reforçou-se o peso da estratégia liberal. A direcção do PS quer manter o seu papel no rotativismo que governa o país há 35 anos, com uma política que impõe o aumento de impostos, o corte generalizado de apoios sociais e a facilitação dos despedimentos. Esta política tem um objectivo estratégico coincidente com o da direita: assegurar a transferência de rendimentos do trabalho para o capital.

6.7. O BE rejeita todas as ilusões sobre uma aliança com um "outro PS" que não existe. Há vozes de esquerda no PS, mas este é um partido que há muito vem sacrificando o socialismo e mesmo a tradição social-democrata europeia no altar da "3ª via" das políticas liberais e, por isso, confrontamos o PS e a sua base eleitoral com a falência do seu programa político. **Só a ruptura com o caminho das políticas liberais e a consequente mudança do mapa político do país é que permitirá abrir caminho a uma política de esquerda.**

6.8. O PCP representa uma parte da história e da organização do movimento operário português. Na luta

contra as medidas liberais e em defesa dos salários e do emprego, PCP e BE têm tomado posições convergentes e valorizamos esse facto. No quadro da actual intervenção externa, estas linhas de convergência e diálogo devem reforçar-se. A recente reunião de trabalho entre direcções partidárias, a primeira em sete anos, contribui para esse processo.

6.9. Entre o BE e o PCP existem diferenças assinaláveis. Na **política unitária**, o BE considera que a luta social não pode desistir do objectivo da vitória, e para isso exige aproximação de esquerdas com ideias diferentes. Nenhum partido minoritário será capaz por si só de aplicar uma política socialista. Todos os contributos para a unidade são caminhos para a maioria. Na **ideologia**, para o BE o socialismo é a garantia do fim da exploração e, portanto, da democracia económica e política, o que exclui a censura e afirma o pluripartidarismo e os direitos sindicais e outros. Assinalamos, neste contexto, que o PCP não se distancia do regime do PC Chinês e de outros regimes repressivos.

7. JUNTAR FORÇAS NA ESQUERDA

7.1. O eixo da política nacional é **o acordo de regime entre PS e PSD**, sucessivamente expresso no contínuismo das políticas económicas, nas revisões constitucionais, na organização do poder, na UE e na Nato. A proposta de um **governo PSD-PS-CDS** nasce desta crise de regime. A esquerda socialista quer substituir este eixo por outro que represente **uma maioria pela justiça económica**, o que exige uma política contra a recessão.

7.2. **O centro da actuação do BE é a luta pelos serviços públicos** e contra a política da bancarrota. É nesse terreno, onde é maior a capacidade de mobilização popular, que se podem procurar alianças e alternativas para a política socialista.

7.3. O BE apresentou uma **moção de censura** quando o governo apresentou na concertação social medidas para facilitar o despedimento. Fizemo-lo apresentando alternativas concretas para combater o desempre-

go e a precariedade, quando tantos jovens se erguiam contra a resignação.

7.4. Essa extraordinária mobilização demonstra ser **possível construir uma aliança social que dispute a maioria para a mudança nos rumos do país**. Embora este "movimento em constituição" não esteja isento de contradições, ele enfrentou com sucesso a influência que os discursos conservadores exercem sobre uma parte do povo. A resposta à precariedade como "inevitabilidade" foi dada nas ruas, em grande escala.

7.5. **Os sindicatos e a esquerda precisam de aprender com a capacidade inventiva e dinâmica democrática reveladas nas manifestações de 12 Março**. Em particular, os sindicatos têm de dar voz às multifacetadas formas de precariedade no trabalho. Esta perspectiva não se opõe, antes se insere na dinâmica de luta social que teve na Greve Geral de 24 Novembro um ponto alto em defesa dos salários e das pensões.

7.6. Os activistas do BE estiveram com empenho e determinação na greve geral de 24 de Novembro, e em todas as lutas que se seguiram, porque são justas as reivindicações e porque o nosso entendimento da democracia é combativo, participado e emancipatório. A formação de alianças sociais que polarizem à esquerda as escolhas políticas é válida nos terrenos das disputas concretas, contra cortes salariais, regras laborais ou degradação das pensões, como na luta global contra a recessão.

7.7. O BE defende uma **aliança social incluindo os trabalhadores e os pequenos agricultores**. Ao longo dos últimos 10 anos, um terço dos trabalhadores abandonou a agricultura. Abandono, envelhecimento e pobreza são as consequências desta decadência. O êxodo do interior não conseguirá ser travado apenas com políticas agrícolas. Mas sem uma política que promova a **soberania alimentar e o acesso à terra**, a substituição de importações, preços justos à produção e protecção ambiental, os mercados locais e o fomento do sector cooperativo, não se conseguirá travar a desertificação rural. O BE defende uma revisão da PAC tendo o emprego, a diversificação da

produção e o ambiente como principais critérios, e defende a recuperação das pescas.

7.8. **Contra o rentismo dos grandes grupos, o BE afirma a necessidade de uma política industrial que privilegie os sectores produtivos**. Só assim se pode assegurar uma **mudança estrutural da economia portuguesa**, que é a chave para a criação de emprego qualificado.

7.9. O BE tem dado expressão política às reivindicações do **mundo da cultura**. A fragilização das estruturas públicas de criação e difusão cultural agravam o processo de perda de pluralidade no país. Defendemos serviços públicos para o acesso à cultura em todo o território, através do apoio à criação e difusão locais do direito ao usufruto do património e instrumentos de mediação que promovam o acesso à cultura, da presença das artes na escola, ou do aprofundamento do serviço público de rádio e TV e da recusa da concentração da comunicação social ou da privatização da RTP.

7.10. O BE defende uma **reforma da justiça**, tornando-a um serviço público essencial no acesso e apoio efectivo aos cidadãos mais desfavorecidos, melhorando a justiça laboral e a garantia do reconhecimento, em tempo útil, dos direitos de todos, incluindo a criação de um regime de Defensor Público no processo penal.

7.11. O Bloco de Esquerda recusa os apoios públicos a eventos tauromáquicos e a outros espectáculos que inflijam sofrimento físico ou psíquico aos animais.

7.12 A Regionalização e a Esquerda
O centralismo como modo de funcionamento da administração pública é um dos instrumentos pelos quais as classes dominantes dirigem o Estado, assim condenando a maior parte do país a um crescimento anémico, que mantém as regiões numa situação de subalternidade em relação às economias de aglomeração que se formam maioritariamente na região de Lisboa. As decisões de investimento público afectam o território e são frequentemente a expressão de um centralismo asfixiante.

A exigência da regionalização representa um aprofundamento da democracia e uma oportunidade única para começar a construir um país menos desequilibrado do ponto de vista do seu desenvolvimento territorial, ao dar às regiões a capacidade de decidir democraticamente do seu próprio destino, assumindo a responsabilidade das suas escolhas. Representa ainda a oportunidade para uma administração pública mais eficiente, porque o centralismo é frequentemente sinónimo de desperdício na gestão de dinheiros públicos. A regionalização é a mais importante reforma que importa fazer na organização territorial da administração pública.

As direcções do PS e do PSD ora se revezam ora convergem na tarefa histórica de inviabilizar a criação de regiões político-administrativas. E no entanto, o apoio social à regionalização faz-se sentir nos mais diversos quadrantes políticos.

O papel da Esquerda não pode resumir-se à denúncia da forma hipócrita como PS e PSD têm gerido este assunto, nem ao justo apelo a que sejam eliminados os bloqueios constitucionais que, na prática, impossibilitam a regionalização.

A urgência da regionalização impõe à Esquerda uma estratégia que consiga fazer crescer o apoio popular a esta ideia e que consiga vencer o centralismo. Essa estratégia passará por desenvolver iniciativas abertas a uma ampla participação, de modo a aprofundar as clivagens existentes nos adversários da regionalização.

Mobilizar energias, fazer convergir vontades, criar movimento. Este é o caminho do BE na luta pela regionalização.

8. UMA POLÍTICA DE ESQUERDA PARA UM GOVERNO DE ESQUERDA

8.1. O BE intervirá no combate à recessão com uma alternativa concreta que demonstre como deve actuar um governo que recuse o horror económico. Essa resposta assenta nas seguintes prioridades:

1. **Um plano de urgência de criação de empregos** na extensão dos serviços e no investimento público, na reabilitação urbana, nas redes de transportes de

proximidade, no **apoio à 3ª idade**, num **programa de reconversão ecológica, de conservação e de eficiência energética**, com a integração dos falsos recibos verdes e contratos a prazo.

2. **Combater o défice orçamental com uma reforma fiscal profunda:** um imposto sobre o património e as grandes fortunas, fim dos benefícios injustificados, tributação da banca, fim dos offshores, imposto sobre mais-valias urbanísticas.

3. **Ação da Banca pública** para financiar o investimento e controlar os juros que estrangulam a criação de emprego e a produção.

4. **Refundar a segurança social pública:** alargar o financiamento, convergência das pensões baixas, **instituição do pagamento único contratual** para as prestações não contributivas; criação de um **complemento para a população rural pobre** a partir dos 50 anos.

5. **Aumentar a produção alimentar**, promovendo a agro-ecologia, recuperar as pescas, promover contratos mais justos entre agricultores, pescadores e distribuição, criação do banco de terras e defesa de um regime de financiamento de longo prazo para socorro das explorações agrícolas, dirigido à execução do ProDeR e à reconversão das unidades.

6. **Contra a corrupção**, acesso fiscal às contas bancárias e punição do enriquecimento injustificado.

7. **SNS e escola pública** como garantes da democracia.

8.2. O BE defende uma política que vença a recessão e que dê corpo a uma **governança de esquerda**. O BE é totalmente claro sobre as políticas a seguir: **só haverá uma nova maioria para uma política de esquerda se romper com a política da austeridade em nome da justiça económica.**

O BE **nunca fará parte de uma maioria que defenda a redução de salários**, a privatização de serviços públicos e de empresas estratégicas para a economia. **Disputamos as eleições em nome de uma política**

socialista para o emprego e para o pagamento da dívida social aos pobres, para enfrentar a chantagem financeira e a recessão.

8.3. Em toda a sua actividade, o BE procurou a **convergência** com sectores políticos comprometidos com posições anti-liberais. O nosso apoio à candidatura de Manuel Alegre obedeceu a esta política unitária, que rompe com tradições sectárias. Continuamos a precisar da mesma cultura unitária de diálogo, movimento e luta em todas as convergências contra as políticas recessivas.

São evidentes as dificuldades de intervenção do Bloco de Esquerda nas regiões do Interior do país. Razões de natureza ideológica, limitações da acção política ou a estrutura demográfica são factores condicionantes na implantação do Bloco. O Bloco de Esquerda tem de quebrar esta dificuldade em se implantar nas regiões menos populosas. As questões agrícolas e as questões do acesso a serviços públicos de qualidade - saúde educação e mobilidade e a importante questão da regionalização - são certamente questões importantes para a luta do Bloco. São na, actualidade, estas as causas mais fracturantes a mobilizadoras para as regiões do interior.

Nesse sentido, continuamos o combate pela resolução da crise da Casa do Douro e sobre as barragens no Tua, Sabor e Alto Tâmega. No mesmo sentido, defendemos a reabertura das linhas secundárias e regionais da CP.

9. O BE PARA AS LUTAS TODAS

9.1. O BE é a **esquerda popular** que, comprometida com o activismo social, luta pelo socialismo, que é programa e movimento emancipatório. Esse é o combate mais difícil: responder à crise de civilização e à política do FMI, reconstruindo os movimentos sociais. Deste combate pela hegemonia depende o avanço na solução da crise de direcção para a esquerda e para o país.

9.2. O O BE representa hoje centenas de milhares de jovens, trabalhadores e reformados e tem como ob-

jectivo ser um partido de massas para a luta emancipatória de quem é explorado e oprimido na sociedade capitalista. Mas, para a construção do BE como uma alternativa política para todos os que querem combater o desemprego, a precariedade, a exploração capitalista e a opressão, é fundamental mobilizar muitos mais trabalhadores efectivos e precários, do sector público ou privado, jovens, imigrantes, activistas feministas, LGBT e outros. A divisão e a fragmentação são hoje alguns dos principais obstáculos à mobilização dos trabalhadores e à eficácia das suas lutas.

9.3. O BE tem limitações organizativas e políticas: a representatividade local das concelhias é desigual, a intervenção na juventude está longe de ocupar o espaço da influência do BE, a nossa acção é ainda insuficiente nos movimentos sociais e a **criação de uma nova cultura de ideias mobilizadoras à esquerda está no seu início** - apesar de ser decisiva para o sucesso ou o insucesso do projecto socialista protagonizado pelo BE.

9.4. Desde a última Convenção o **BE cresceu**, reforçou a sua intervenção nacional e apresentou-se em **três eleições**, obtendo 11% (europeias), 10% (legislativas) mas entre 3,1% (CM, AF) e 4,3% (AM), aquém do objectivo. Esta última eleição reforçou a acção de organizações locais, mas esse trabalho encontra-se ainda no início e exige uma **reflexão** profunda, até porque a estruturação local se encontra muito virada para a intervenção autárquica.

9.5. Recusando a tradição de imposição de correias de transmissão nos movimentos sociais, o BE estimula a participação política dos que constituem **redes de intervenção social**, determinantes para o seu alargamento como partido de massas. E isso exige mais organização nas disputas políticas e sociais. Exige que mais activistas se candidatem a **dirigentes, delegados sindicais ou a CTs**. Exige que os activistas de uma empresa ou de um sector se encontrem para escolher as melhores formas de acção colectiva. Exige que os activistas dos movimentos sociais reflitam sobre a sua acção e, dentro do partido, sobre a sua experiência e coordenação. O BE respeita a au-

tonomia dos activistas nos movimentos sociais e quer aprender com eles.

9.5.1. Os **jovens estudantes** devem estender a sua intervenção em mais escolas do país, mantendo a organização de uma Conferência nacional.

9.5.2. As organizações distritais do BE devem apoiar a formação de grupos de trabalho para produzirem reflexão, debate interno e participação nos movimentos feministas e outros.

9.5.3. O BE deve acompanhar as situações de maior relevância para o combate **internacionalista**, como na Palestina e Médio Oriente, mas também no Mundo Árabe, na América Latina ou em África, apoiando estruturas de solidariedade permanente. Ao nível distrital devem realizar-se actividades de mobilização para responder às tarefas imediatas da solidariedade.

9.5.4. À coordenação nacional do sector de **Trabalho** devem corresponder estruturas distritais que promovam a participação e reflexão dos activistas do mundo do trabalho, para potenciar a auto-organização congregadora de precários e não-precários em plataformas mobilizadoras.

9.5.5. As **conferências nacionais temáticas** continuarão a ser um instrumento de debate e criação de políticas. O BE precisa de mais debate interno sobre as suas escolhas.

9.6. Para avançar, o BE precisa de juntar as e os protagonistas da luta social. Mas, para isso, precisa de ter mais capacidade de acção local, através dos seus autarcas, dos colectivos concelhios, distritais e regio-

nais, da sua intervenção para os jovens e promove as **agendas locais das organizações regionais, distritais e concelhias**, que tomam decisões sobre as suas prioridades e sobre a actividade dos eleitos locais.

9.7. O BE comprometeu-se desde a sua fundação com uma **nova cultura de organização**, que é uma questão de política, de acção e de comunicação. Não reproduzimos modelos autoritários que assentam numa direcção que controle e subordine cada passo dos seus activistas, do mesmo modo que recusamos o modelo de partido amorfo sob a direcção efectiva da elite no governo. Mas sabemos que essa nova cultura de funcionamento não é uma questão de estatutos, mas de praxis, e que estamos aquém das necessidades e da vontade.

Só um **movimento com muitos milhares de activistas e dirigentes**, capazes de animar uma campanha, de se candidatar a uma eleição, de organizar uma luta social, de apresentar proposta política, de estimular uma direcção colectiva a todos os níveis, só com essa força será possível construir um partido de massas.

9.8. Criando **meios de comunicação e de cultura**, o BE combate a ideologia dominante, procurando muito mais do que transmitir notícias e ideias ignoradas: quer transformar as pessoas em protagonistas.

*

O BE trouxe nova força à esquerda, abriu novos debates, modificou o mapa da política. O BE tem sido energia e imaginação. Mas tem sido sobretudo o empenho militante dos seus activistas onde há dificuldades, insegurança social, riscos e ameaças contra o trabalho, opressões que perduram.

O BE é e será a esquerda de confiança.